

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº02/2018 - IDEFLOR-BIO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017/45655**  
**INTERESSADO: IDEFLOR-BIO**

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO, autarquia criada pela Lei nº 6.963, de 16 de abril de 2007, neste ato representado por sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 191/2018 – IDEFLOR-BIO, torna público que realizará procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, processado sob o nº 02/2018, pelo tipo MENOR PREÇO por item, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A INSTITUIÇÃO**, em conformidade com as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto nº 5450/05, Lei Estadual nº 6.474/2002 e Decreto nº 199/2003, Lei Complementar 147/2014, Decreto Estadual 878, de 31 de março de 2008 e com o disposto neste Edital e em seus anexos I – Termo de Referência, II- Minuta de Contrato, III – Modelos de Declarações, VI – Modelo de Proposta.

A sessão pública de pregão eletrônico terá início com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, no dia **27 de junho de 2018, às 9h - HORÁRIO DE BRASÍLIA** - no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) – UASG 925157.

### **1.0. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação terá como objeto **à compra de materiais de consumo e de investimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no anexo I – Termo de Referência do Edital.**

1.2. O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará – IDEFLOR-Bio, criado pela Lei Estadual Nº 6.963/2007 e alterado pela Lei Estadual Nº 8.096/2015, tem como finalidade, exercer a Gestão das Florestas Públicas Produção Sustentável e da Biodiversidade e, ainda, a Gestão da Política Estadual para Produção e Desenvolvimento da Cadeia Florestal, a execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas no Estado do Pará. A criação do Instituto está baseada na Lei Federal Nº 11.284/06, conhecida com a Lei de Gestão das Florestas Públicas, que determina que as áreas de florestas estaduais precisam estar sob a gestão do Poder Público Estadual, gerando com isso, benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Nesta perspectiva, o IDEFLOR-Bio está integrado á estratégia de articular as políticas de governo e programar medidas voltadas à promoção de atividades produtivas e do desenvolvimento sustentável, associado à geração de renda e justiça social.

### **2.0 JUSTIFICATIVA**

2.1 O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, criado pela Lei Estadual Nº 6.963/2007 e alterado pela Lei Estadual Nº 8.096/2015, tem como finalidade, exercer a Gestão das Florestas Públicas para Produção Sustentável e da Biodiversidade e, ainda, a Gestão da Política Estadual para Produção e Desenvolvimento da Cadeia Florestal, a execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas no Estado do Pará. A criação do Instituto está baseada na Lei Federal Nº 11.284/06, conhecida como a Lei de Gestão das Florestas Públicas, que determina que as áreas de florestas estaduais precisam estar sob a Gestão do Poder Público Estadual, gerando com isso, benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Nessa perspectiva, o IDEFLOR-Bio está integrado à estratégia de articular as políticas de governo e programar medidas voltadas à promoção de atividades produtivas e do desenvolvimento sustentável, associado à geração de renda e justiça social.

**As arrecadações oriundas dos processos de Concessão Florestal e outras que estejam sob gestão do citado órgão são direcionadas ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, com o objetivo de promover, fomentar e apoiar o ordenamento, a diversificação, a verticalização e a dinamização**

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO**

**das atividades sustentáveis de base florestal no Estado. O Fundo é regulamentado pelo Decreto Estadual N° 2.237, de 07 de abril de 2010, e gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade - IDEFLOR-Bio, tendo como Conselho Consultivo a Comissão Estadual de Floresta - COMEF.**

O IDEFLOR-Bio, na condição de gestor do FUNDEFLO, por meio desse **Termo de Referência – TR** busca promover o fortalecimento da cadeia produtiva do Coco Babaçu, a qual tem papel de relevante interesse para dezenas de famílias que coletam, beneficiam e comercializam os produtos gerados a partir do fruto, na Microrregião de Marabá, mais especificamente, nos municípios de **São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará e Brejo Grande do Araguaia.**

A ação ora proposta visa beneficiar inicialmente, de forma direta, cerca de **80** (oitenta) famílias, que estão divididas em 08 (oito) pequenos grupos de 10 (dez) mulheres cada. Os grupos são identificados pelos respectivos nomes de suas comunidades, sendo eles: **Grupo da Palestina** (Palestina do Pará); **Grupos das Vilas São José e São Benedito** (São Domingos do Araguaia); **Grupos da Vila Ponta de Pedras, dos PAs 21 de Abril e Castanhil Araras** (São João do Araguaia) e **Grupos das Vilas Itamerim e Santa Rita** (Brejo Grande do Araguaia).

**Logo, a referida proposta torna-se essencial para o estabelecimento da parceria necessária para execução da ação, independentemente da proponente pertencer à região mencionada ou não.**

### **3.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.**

3.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

3.1.1. Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.1.2. Atendam os requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

3.1.3. Satisfazam todas as condições do edital e seu respectivo termo de referência;

3.1.4. Estiverem previamente credenciados e em situação regular perante o sistema eletrônico do Portal Comprasnet. A regularidade do credenciamento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal Comprasnet, o ato da abertura do Pregão;

3.1.5. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo DA DOCUMENTAÇÃO, deste edital.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:

3.2.1. Empresas suspensas de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta;

3.2.2. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta das esferas Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, empresas que tenham sido descredenciadas do SICAF, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com o IDEFLOR-BIO;

3.2.3. Empresas que tenham servidores do Instituto de Desenvolvimento Florestal e do Estado do Pará entre seus dirigentes, sócios, responsáveis ou técnicos;

3.2.4. Que possuam vínculos de natureza pessoal, técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a pregoeira, com um dos membros da equipe de apoio, com o Presidente do IDEFLOR-BIO, ou com qualquer outro servidor em exercício nesta autarquia estadual, nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

3.2.5. Que estejam reunidas em consórcio, cooperativas, e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.6. Em processo de recuperação judicial, falência, de concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.2.7. Que esteja proibida de contratar com Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98.

3.3. A participação no presente pregão implica para a licitante que deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico:

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO**

- 3.3.1. A aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos;
- 3.3.2. A observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;
- 3.3.3. A responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 3.3.4. No caso de divergências entre as especificações contidas neste Edital com seus Anexos e no sistema SIASG, prevalecerão as descritas no primeiro.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

##### **4.0 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

- 4.1. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (§ 1º, art. 22º do Decreto 2.069/06), no site <http://www.comprasnet.gov.br>.
  - 4.1.1. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico.
  - 4.1.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
  - 4.1.3. Em se tratando de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentado cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações.
  - 4.1.4. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), opção “**Acesso Identificado**”.
- 4.2. O Credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 4.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante, ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (§ 6º, art. 3º do Decreto 2.069/06).
- 4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao IDEFLOR-BIO, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, art. 3º do Decreto 2.069/06).
- 4.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances (inc. III, art.14, Decreto 2.069/06).
- 4.6. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, art. 14, Decreto 2.069/06).
- 4.7. Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital (§ 2º, art. 22, Decreto 2.069/06).

##### **5.0. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DAS PROPOSTAS**

- 5.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar exclusivamente por meio eletrônico (<http://comprasnet.gov.br>), proposta de preços com os respectivos anexos, se for o caso, **formulada de acordo com o Termo de Referência (Anexo I)**, e as especificações detalhadas do objeto, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico, quando então encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO**

5.2. A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme exposto nos itens abaixo:

5.2.1. O licitante deverá consignar, em campo adequado no sistema eletrônico, o valor por item, indicando o preço em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, conforme o objeto deste Edital e seus Anexos;

5.2.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, ou mesmo o lucro, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos ao IDEFLOR-BIO sem ônus adicional;

5.2.3. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

5.2.4. Conter todas as características do Termo de Referência;

5.2.5. Nome e número do Banco e da Agência, número da conta do proponente em que o IDEFLOR-BIO realizará o depósito referente ao pagamento pelos serviços prestados;

5.2.6. Prazo de entrega e forma de pagamento de acordo com a Minuta de Contrato;

5.2.7. Indicação do representante legal, no caso de pessoa jurídica, apto a assinar o contrato, com sua respectiva qualificação jurídica.

5.3. A proposta comercial deve ser elaborada com estrita observância às características contidas no Termo de Referência.

5.4. As propostas terão validade de **90 (noventa) dias**, contados da data da abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada, nos termos do Art. 21 § 4º, do Decreto 5450/2005. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no edital e seus anexos, e ainda aquela que contemplar preços manifestamente inexequíveis.

5.7. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem as exigências do presente Edital e seus anexos,

b) apresentarem valores simbólicos, irrisórios, inexequíveis ou excessivos considerados as condições já dispostas neste Edital e seus anexos,

c) apresentarem propostas alternativas,

d) que sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e no Decreto nº 5450/2005, nos termos do Art. 21, § 3º, do Decreto 5450/2005.

## **6.0 - DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA ESCRITA DE PREÇOS**

6.1. A proposta escrita que deverá ser enviada via Fax ou E-mail na fase de habilitação com os valores corrigidos, bem como a que acompanhará os documentos originais, deverá estar em conformidade com o Termo de Referência com especificação completa e precisa dos itens.

6.2. Apresentar preço(s) unitário(s) e global(is) propostos para o(s) item (s) ofertado(s), já devidamente corrigido após o encerramento dos lances, considerando inclusas todas as despesas e custos incidentes sobre o objeto licitado, deverá ser indicado em algarismo e por extenso.

6.3. Ser apresentada, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional.

6.4. Oferta firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO**

## **7.0 - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) com a divulgação das propostas de preços recebidas conforme disposto neste Edital, seus Anexos, e de acordo com o Decreto Estadual nº 2.069/06.

7.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes após a fase de lances, ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio (chat) do sistema eletrônico.

7.3. Após a abertura, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

7.4. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **8.0 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo cada licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pelo licitante e registrado no sistema.

8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5. Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.

8.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7.1. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

## **9.0 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas de Preços de acordo com as exigências contidas no Edital, pelo critério do menor preço por item, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, na fase de aceitação da proposta, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre sua aceitação.

9.2. Encerrada a etapa de lances, será verificada a habilitação da licitante detentora da melhor oferta conforme disposições do edital e por meio de consulta “on line” ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos, devendo os documentos de habilitação estar atualizados e a proposta readequada serem enviados, na própria sessão, via fax ou via e-mail.

9.3. No caso da proposta ou o lance de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO**

9.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o item 8.3, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.4. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

9.5. Ao Pregoeiro é facultado suspender o procedimento para análise minuciosa dos documentos e propostas apresentadas, assim como promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo.

9.6. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do IDEFLOR-BIO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

## **10.0. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Encerrada a etapa de lances da sessão, o Pregoeiro solicitará ao licitante vencedor os documentos de habilitação abaixo relacionados, quando não constantes do cadastro no SICAF, que deverão ser ***IMEDIATAMENTE*** encaminhados ou até 2 horas (duas horas) anexo do comprasnet ou por e-mail para o endereço hildalis6@hotmail.com, sendo que os originais ou as cópias autenticadas, atuais e em plena vigência, além da proposta adequada ao valor final vencedor, deverão ser entregues ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis da data de encerramento do certame, no seguinte endereço:

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO

A/C Pregoeira HILDA ELIZABETH SOUTO DE VASCONCELOS OLIVEIRA

Avenida João Paulo II S/N, Parque Estadual do Utinga - PEUT

Bairro: Curio-Utinga

Belém – PA CEP: 66.610-010

10.2. O proponente que não atender o disposto no subitem anterior será desclassificado.

10.3. Caso haja a desclassificação da licitante mais bem classificada, o pregoeiro chamará, via Chat, o próximo licitante para confirmar o envio de sua proposta.

10.4. O licitante que não responder ao chamamento a que se refere o subitem anterior, no prazo estipulado pelo pregoeiro via Chat, será desclassificado.

## **10.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.5.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.5.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

10.5.3. Os documentos poderão ser substituídos por certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, ou certidão de breve relatório, expedida pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, ambos da sede do licitante.

10.5.4. Comprovação da representação legal através da cédula de identidade do representante da licitante.

## **10.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.6.1. Certidões ou atestados emitidas por órgãos da administração pública ou particular que comprovem o fornecimento do objeto da licitação.



## 10.7. REGULARIDADE FISCAL

10.7.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

10.7.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital e do futuro contrato.

10.7.3. Prova de regularidade fiscal com a fazenda federal, estadual e municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante: A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, obrigatória, será efetuada mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por ela administrados, no âmbito de suas competências, com prazo de validade de até **180 (cento e oitenta) dias**, contado da sua emissão.

10.7.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrada mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeito de Negativa**, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com prazo de validade de até **180 (cento e oitenta) dias**, contados da sua emissão.

10.7.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF. Será aceito o Certificado da matriz em substituição ao da filial, ou vice-versa, quando comprovadamente houver arrecadação centralizada.

10.7.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. A prova obrigatória, demonstrada mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440 que acrescenta o Título VII-A a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (NR), assim como, referente ao inciso IV, do art. 27 da Lei nº 8666/93.

10.7.7. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Estadual nº 878 de 31 de março de 2008).

10.7.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da **Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

10.7.7.2. A prorrogação do prazo de que trata o item 9.7.7.1 deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.

10.7.7.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## 10.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.8.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei que comprovem a boa situação financeira. Tratando-se de empresa criada neste exercício, deverá ser apresentado balanço de abertura.

10.8.2. Quadro demonstrativo da boa situação financeira da empresa, através da obtenção de índices de Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (SG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) com resultados **maiores ou iguais a um (> ou = 1)**, apurado através das seguintes fórmulas:

**Índice de Liquidez Geral - (ILG)** – indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações.

LG= ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

**Solvência Geral Endividamento – (SG)** – Indica o quanto que a empresa dispõe em ativos (totais) para pagamento total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

**Índice de Liquidez Corrente (ILC)** – Indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas a curto prazo.

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

10.8.3. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo cartório da sede da pessoa jurídica, que, para efeitos do presente certame, será considerada válida, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua emissão.

### 10.9. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.9.1. Declaração atestando a inexistência de fatos impeditivos, nos termos constantes do anexo III deste instrumento.

10.9.2. Declaração, conforme modelo constante no anexo III de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) **com menos de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de **14 a 16 anos** em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.

10.9.3. Declaração, conforme modelo constante no anexo III de que possui ou não em seu quadro de empregados um **percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência**, nos termos da Emenda Constitucional Estadual nº 42, de 04/06/2008.

10.10. Se a licitante tiver filial, todos os Documentos de Habilitação deverão estar em nome da matriz ou da filial, dependendo de qual delas esteja participando, salvo aqueles documentos que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

10.11. A não apresentação dos documentos de habilitação, mencionados neste Capítulo, ou sua apresentação em desacordo com o edital, implicará na inabilitação da Licitante.

10.12. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não superior a **120 (cento e vinte) dias anteriores à data prevista para apresentação das propostas comerciais**.

### 11.0 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Até **2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, na forma eletrônica (art. 19, Decreto 2.069/06).

11.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

11.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, na forma eletrônica, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública (art. 20, Decreto 2.069/06).

11.3. Os pedidos de esclarecimento e de impugnação devem ser encaminhados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: **[hildalis6@hotmail.com](mailto:hildalis6@hotmail.com)**. Caso os mesmos forem enviados fora do horário de expediente do IDEFLOR-BIO, serão considerados com data de entrada do dia seguinte, para efeito de contagem de prazo de resposta.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO**

11.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art.18, § 2º do Decreto 5450/2005);

11.5. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta (Art. 20, parágrafo único do Decreto 5450/2005).

## **12.0 - DOS RECURSOS**

12.1. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá o prazo de **20 (vinte) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões.

12.2. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4. Qualquer recurso e/ou impugnação contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação somente dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. A petição deverá ser feita na própria Sessão Eletrônica, e será reduzida a termo em ata.

12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Permanente de Licitações no IDEFLOR-BIO.

## **13.0 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

13.1. No julgamento das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO**, observadas as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

## **14.0 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

14.1. A adjudicação do objeto deste certame caberá ao Pregoeiro quando não houver recurso. Existindo recurso hierárquico, o objeto será adjudicado pela autoridade competente para o seu julgamento.

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

## **15.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes Funcionais Programáticas: Programas de Trabalho 18.541.1437.8369.0000, - Fonte de Recurso 065600000- Elementos de Despesa 44.90.52 e 339030, cujos dados específicos constarão na respectiva Nota de Empenho.

## **16.0 - DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO PREÇO**

16.1. Será firmado contrato com a empresa conforme sugestão por e-mail

16.2. O Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no item 16 deste Edital e art. 81 da Lei nº 8.666/93, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes respeitadas à ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, declarar o respectivo licitante vencedor, se o vencedor da licitação:

- a) Por ocasião da emissão da nota de empenho, não comprovar a manutenção das condições de habilitação consignadas no Edital;
- b) Recusar-se a assinar o contrato, sem justificativa por escrito, aceita pela Diretoria Geral do IDEFLOR-BIO.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO**

16.3. Para os efeitos do disposto no art. 67 da lei nº 8.666/93, a fiscalização e o acompanhamento da execução deste contrato serão exercidos diretamente pelo CONTRATANTE, através de servidor legalmente designado para este fim, o qual fará um relatório sobre a conclusão do objeto, devendo elaborar um relatório conclusivo quando do seu termo final.

16.3.1. O servidor, referido no item anterior, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

16.3.2. A CONTRATADA não se furtará a essa fiscalização, fornecendo todas as informações solicitadas a respeito do desenvolvimento dos trabalhos.

16.3.3. O controle e a fiscalização exercidos pelo CONTRATANTE não elidem, nem atenuam as possíveis responsabilidades da CONTRATADA.

16.4. O CONTRATANTE poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no seu art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

16.5. A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta no Termo de Referência.

16.6. O CONTRATANTE, poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, conforme conveniência administrativa, de acordo com o disposto no artigo 65, I e § 1º, da Lei federal nº 8.666/93.

16.7. A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

16.8. O foro do contrato será o da Comarca da Capital do Estado do Pará.

16.9. Para habilitar-se ao pagamento a Contratada deverá apresentar ao Contratante, ou ao seu representante, a Nota Fiscal de Vendas/Faturas, juntamente com as comprovações de entrega previstas no Termo de Referência.

16.10. De posse da documentação comprobatória da entrega e cobrança, os fiscais do contrato procederão à conferência da documentação e emitirão o devido atesto de execução/prestação parcial dos serviços, liberando o pagamento da parcela efetivamente executada.

16.11 O pagamento será efetuado preferencialmente por crédito em conta corrente onde os credores deverão fazer constar a identificação da agência e da conta corrente nos documentos de cobrança tais como notas fiscais, faturas, recibos e similares;

16.12 O pagamento será efetuado até o 10º décimo dia útil do mês subseqüente ao da aceitação dos serviços ou fornecimento do produto, com a apresentação das notas fiscais/faturas, desde que encaminhada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do vencimento;

16.13 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o CONTRATANTE, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

16.14 Para efeito de pagamento, o CONTRATANTE procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento;

16.15 O CONTRATANTE se reserva no direito de recusar a efetivação do pagamento se, no ato da atestação do produto fornecido, este estiver em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Edital Convocatório e seus anexos;

16.16 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

16.17. Poderá ser deduzida do valor da Nota Fiscal/Fatura eventual multa aplicada pelo CONTRATANTE, em razão de descumprimento de obrigações contratuais a/ou legais.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO**

16.18. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

16.19. O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS, exigidas na fase de habilitação do certame licitatório.

16.20. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverão ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

16.21. Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

16.22. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

### **17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Ficará impedida de licitar e contratar com o IDEFLOR-BIO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
- b) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;
- c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do contrato;
- e) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

17.2. Pelo descumprimento total ou parcial do contrato, a Administração do IDEFLOR-BIO, poderá garantir a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

17.3. Compete ao IDEFLOR-BIO, a aplicação das penalidades previstas nos itens 17.1 e 17.2, alíneas “b” e “c”, bem como, a penalidade de advertência, prevista no item 17.2, alínea “a”, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

17.4. Da aplicação das penalidades previstas nos itens 17.1 e 17.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão no mesmo prazo, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

17.5. As sanções previstas no item 17.2, alíneas “b” e “c”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Edital.

17.6. As penalidades previstas no item 17.1 serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **18 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

18.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO**

18.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

### **19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

19.2. O Pregoeiro poderá, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, relevar qualquer discrepância ou omissões irrelevantes constatadas numa proposta ou no julgamento de uma habilitação que não representem desvio ou ressalva substancial e desde que tal desvio não prejudique ou afete a classificação dos demais proponentes.

19.3. Se constatados erros aritméticos na formulação da proposta os mesmos serão retificados da seguinte forma: se houver discrepância entre o preço unitário e o preço global, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido; se houver discrepância entre os valores numéricos e seus correspondentes por extenso, prevalecerão os valores escritos por extenso. Se o concorrente não aceitar a correção dos erros sua proposta será rejeitada.

19.4. O IDEFLOR-BIO poderá, por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, revogar a licitação ou anulá-la por ilegalidade, assim como aumentar ou reduzir as quantidades, nos termos da legislação pertinente.

19.5. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos do Edital, bem como na observância dos regulamentos administrativos, normas técnicas gerais e especiais aplicáveis a que se acham estritamente vinculados à Administração e às empresas licitantes.

19.6. As normas que disciplinam este procedimento licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

19.7. Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do Pregão e as hipóteses de incidências previstas na legislação, devendo o(s) convocado(s) apresentar(em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira sessão.

19.8. Os concorrentes remanescentes convocados se obrigam a atender a convocação, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação;

19.9. Os interessados que desejarem quaisquer esclarecimentos sobre a licitação serão atendidos no IDEFLOR-BIO, sito na Avenida João Paulo II S/N, Parque Estadual do Utinga – PEUT Bairro: Curió-Utinga Belém – PA CEP: 66.610-010.

Belém, 14 de junho de 2018.

Hilda Elizabeth Souto de Vasconcelos Oliveira  
Pregoeira

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE – IDEFLOR-Bio**  
**FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FUNDEFLO**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRA  
DE MATERIAIS DE CONSUMO E DE  
INVESTIMENTO COM VISTAS À  
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE  
FORTALECIMENTO DA CADEIA  
PRODUTIVA DO COCO BABAÇU NA  
MICRORREGIÃO DE MARABÁ/PA.**

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

**1.1.** Este Termo de Referência tem o objetivo de promover à compra de materiais de consumo e de investimento que serão disponibilizados para os núcleos de apoio a comercialização do coco babaçu voltada à implementação de ações pré-definidas pelo IDEFLOR-Bio, visando o **Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Coco Babaçu, na Microrregião de Marabá/PA.**

**2. JUSTIFICATIVA DE COMPRA:**

**2.1.** O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, criado pela Lei Estadual Nº 6.963/2007 e alterado pela Lei Estadual Nº 8.096/2015, tem como finalidade, exercer a Gestão das Florestas Públicas para Produção Sustentável e da Biodiversidade e, ainda, a Gestão da Política Estadual para Produção e Desenvolvimento da Cadeia Florestal, a execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas no Estado do Pará. A criação do Instituto está baseada na Lei Federal Nº 11.284/06, conhecida como a Lei de Gestão das Florestas Públicas, que determina que as áreas de florestas estaduais precisam estar sob a Gestão do Poder Público Estadual, gerando com isso, benefícios sociais, econômicos e ambientais.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

Nessa perspectiva, o IDEFLOR-Bio está integrado à estratégia de articular as políticas de governo e programar medidas voltadas à promoção de atividades produtivas e do desenvolvimento sustentável, associado à geração de renda e justiça social.

As arrecadações oriundas dos processos de Concessão Florestal e outras que estejam sob gestão do citado órgão são direcionadas ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, com o objetivo de promover, fomentar e apoiar o ordenamento, a diversificação, a verticalização e a dinamização das atividades sustentáveis de base florestal no Estado. O Fundo é regulamentado pelo Decreto Estadual Nº 2.237, de 07 de abril de 2010, e gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade - IDEFLOR-Bio, tendo como Conselho Consultivo a Comissão Estadual de Floresta - COMEF.

O IDEFLOR-Bio, na condição de gestor do FUNDEFLO, por meio desse **Termo de Referência – TR** busca promover o fortalecimento da cadeia produtiva do Coco Babaçu, a qual tem papel de relevante interesse para dezenas de famílias que coletam, beneficiam e comercializam os produtos gerados a partir do fruto, na Microrregião de Marabá, mais especificamente, nos municípios de **São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará e Brejo Grande do Araguaia.**

A ação ora proposta visa beneficiar inicialmente, de forma direta, cerca de **80** (oitenta) famílias, que estão divididas em 08 (oito) pequenos grupos de 10 (dez) mulheres cada. Os grupos são identificados pelos respectivos nomes de suas comunidades, sendo eles: **Grupo da Palestina** (Palestina do Pará); **Grupos das Vilas São José e São Benedito** (São Domingos do Araguaia); **Grupos da Vila Ponta de Pedras, dos PAs 21 de Abril e Castanhal Araras** (São João do Araguaia) e **Grupos das Vilas Itamerim e Santa Rita** (Brejo Grande do Araguaia).





Logo, a referida proposta torna-se essencial para o estabelecimento da parceria necessária para execução da ação, independentemente da proponente pertencer à região mencionada ou não.





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

**4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS BENS:**




**4.1. Os materiais de consumo a serem disponibilizados são os seguintes:**

Material de consumo							
Item	Especificações	Und	Qtd	Especificação Técnica	imagem	valor unit	valor total
1	Tacho Industrial de 63 Litros	Unid.	16	Tacho industrial alumínio batido 63l - sem tampa e com abas; Diâmetro: 60cm x 60cm; Altura: 25 cm Alça em Alumínio.		R\$ 465,00	R\$ 7.440,00
2	Panela Caldeirão Alumínio 20l	Unid.	8	Panela Caldeirão de alumínio 20l - com tampa e abas Cor Prata Garantia 6 meses; Material Alumínio; Dimensões do produto 20 x25 x30 cm		R\$ 107,30	R\$ 862,40
3	Panela Caldeirão de alumínio 45l	Unid.	8	Panela Caldeirão de alumínio 45l - com tampa e abas Caldeirão Econômico Com Aba Hotel, 45,2lts, 40cm, Polida. Modelo: Linha Hoteleira Peso: 2.420g. Medidas (Alt X Larg X Comp): 20x36x40cm.		R\$ 224,80	R\$ 1.798,40
4	Bacia de alumínio 35l	Unid.	16	Bacia simples de alumínio, com capacidade de 36 litros, feita 100% de alumínio		R\$ 74,88	R\$ 1.198,08




**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

5	Regulador de gás GLP para fogão 3/8"	Unid.	8	Regulador de gás GLP para fogão 3/8" 2Kg/h, com mangueira Cor Cinza. VazÃO 5,0 kg/h Glp ReferÊNcia 506/18. Semi-industrial. PressÃO De Entrada 1,5 bar PressÃO De SaÍDa 2,8 kpa Roscas De Entrada E SaÍDa 1/8 Npt x 1/4 Npt. Com seta indicativa de passagem do gás para facilitar a instalação. Regulador de gás Glp; Função de abrir e fecha a passagem do gás. O Glp (Gás Liquefeito de Petróleo) vem em alta pressão no botijão de gás.		R\$ 30,45	R\$ 243,60
6	Machadinha com cabo de madeira, dim. 39x3x16	Unid.	80	Machadinha, cabeça forjada e temperada em aço especial, lâmina 11 cm, com cabo de madeira, Dimensões aproximadas do produto: 39x3x16; Cabeça Aço; Fio da lâmina Para cortes em madeira; Conteúdo da embalagem 1 Machadinha Garantia do fornecedor 3 meses		R\$ 42,34	R\$ 3.387,20
7	Bombona 50 Litros Plastica	Unid.	8	Bombona 50 Litros Plastica Tambor; Balde Recipiente; Tampa superior removivel com rosca Altura: 62 cm Comprimento: 40 cm Diâmetro: 40 cm Bocal: 23 cm		R\$ 268,89	R\$ 2.151,12
8	Carretas para Quadriciclo	Unid.	2	Carretinha para Quadriciclo Tamanho: 2.30C x 1.30L x 0.43A, em madeira de lei, envernizada, para transporte de carga.		R\$ 5.695,00	R\$ 11.390,00


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –  
IDEFLOR-BIO

9	Quadriclo 420 cc	Unid.	2	<p>Motor OHV, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a líquido Cilindrada 420,2 cm<sup>3</sup> Sistema de alimentação Injeção eletrônica PGM-FI Potência máxima 26,9 cv a 6.250 rpm (SAE) Torque máximo 3,4 kgf.m a 5.000 rpm Transmissão 5 velocidades mais marcha a ré (R-N-1-2-3-4-5) Sistema de partida Elétrica Capacidade do tanque 14,4 litros Tipo de chassi Berço duplo Comprimento x largura x altura 2.103 x 1.205 x 1.174 mm Tração Traseira 4X2 (TM) Capacidade de carga nos bagageiros Dianteiro: 30kg Traseiro: 60kg Peso sobre <b>Engate 14kg</b> Peso seco 247 kg</p>		R\$ 30.945,00	R\$61.890,00
10	Fogão industrial 4 bocas	Unid.	8	<p>Fogão industrial 4 bocas com forno, Acendimento Manual; Garantia 3 meses. Número de bocas 4 Características Gerais - Grelhas e queimadores em ferro fundido - Fogão produzido em aço galvanizado - Registro de Baixa Pressão cromado - Pintura eletrostática a pó que resiste a alta temperatura - 2 queimadores simples e 2 duplos</p>		R\$ 1.203,79	R\$ 9.630,32
11	Filtro prensa de 10 placas	Unid.	1	<p>Modelo: FP 240 N2 – opção com compressor; Capacidade por batelada 5 litros Vazão Até 50 litros/hora Placas de Filtração - Alumínio 1-10 placas Elementos Filtrantes 1-11 por troca Peso 100 Kg Pressão de trabalho 2 bar,</p>		R\$16.160,00	R\$ 16.160,00


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –  
IDEFLOR-BIO

12	Botijão de gás 13 kg cheio	Unid.	8	<p>Peso: 13 KG; Diâmetro: 360 mm; Altura: 476; Aplicação: Fogões domésticos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Material: Aço carbono de 2,5 a 3,0 mm de espessura</li> <li>• Pressão interna: 2 a 7 Kg/cm<sup>2</sup></li> <li>• Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614</li> </ul> <p>Características necessárias para o compressor Pressão de trabalho Mín. 3 bar Vazão 2 PCM</p>		R\$ 237,50	R\$ 1.900,00
13	TRITURADORA FORRAGEIRO	Unid.	8	<p>Equipado com funil para grãos e calha para pasto, possui no funil superior um sistema de regulagem de entrada de grãos. Navalha de corte em aço especial com têmpera total e carcaça reforçada, confeccionada em aço carbono. Sistema de aterramento, garantindo total segurança ao operador contra choques elétricos.</p> <p>Acompanhado de três peneiras para moagem de grãos: a peneira de 3 mm (quirera fina) possui produção média de 130-260 kg/h, a peneira de 5 mm (quirera grossa) possui uma produção média de 250-510 kg/h e a peneira de 10 mm (rolão) possui uma produção média de 130-300 kg/h.</p>		R\$ 1.737,33	R\$ 13.898,64
14	Caixa d'água, em fibra 500L	Unid.	6	<p>Formato: Redonda; Capacidade: 500 litros Material: Fibra de Vidro Cor: Azul</p> <p>Itens Inclusos: 01 Reservatório 01 Tampa</p> <p>Dimensões Diâmetro superior: 1,18</p>		R\$ 174,76	R\$ 1.048,56

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –  
IDEFLOR-BIO

				<p>metros Diâmetro inferior: 0,93 metros Altura com tampa: 0,66 metros Altura sem tampa: 0,62 metros Peso: 12,65 Kg</p>					
15	Carro de mão, caçamba galvanizada 80 l,	Unid.	8	<p>Carro de mão, caçamba galvanizada 80 l, Roda Pneumática 3.25x8" com Rolamento Material da caçamba para carrinho de mão: Chapa de aço carbono Espessura da chapa da caçamba para carrinho de mão: Chapa 18 (1,2 mm) Acabamento da caçamba para carrinho de mão: Galvanizada Capacidade de carga do carrinho de mão:200 kg Capacidade da caçamba para carrinho de mão (carga seca):80 litros Capacidade da caçamba para carrinho de mão (carga líquida):65 litros Tipo de pneu para carrinho de mão:02 lonas Tamanho do pneu/câmara de ar para carrinho de mão:3,25" x 8" Tipo da caçamba para carrinho de mão:Reta</p>				R\$ 126,96	R\$ 1.015,68

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

16	Bebedouro Elétrico	Unid.	8	<p>Conteúdo da Embalagem 1 Bebedouro Eletrônico e manual de instruções Fabricante Polar Garantia 1 Ano Informações Técnicas Funções: Água natural e água gelada Alimentação: Energia elétrica Potência (w):65W Consumo (Kw/h): 0,065Kw/h Bandeja de água removível: Sim; Suporta galões de até:20 Litros; Modo de filtragem: Não Pannel de controle: Não; Cor: Preto Bivolt Dimensões aproximadas do produto - cm (AxLxP): 41x30,5x28cm Peso aproximado do produto – Kg:3,6kg</p>		R\$ 434,30	R\$ 3.474,40
<b>Total</b>							<b>R\$ 137.488,40</b>

**5. DO LOCAL DE ENTREGA DOS BENS**

5.1. Todos os itens deverão ser entregues na cidade de Marabá, no endereço do escritório regional do IDEFLORBIO:

Responsável – Cleberson da Silva Salomão (Gerente regional)

E-mail: salomao.ideflor@yahoo.com.br

End.: Folha 30 - Qd. Especial - Lt Especial - Bairro Nova Marabá

CEP 68.507-370 - Marabá-PA (Ao lado da defensoria pública).

**6. DO ORÇAMENTO:**

**6.1** Os recursos para uso neste projeto serão provenientes do Programa 1437 – Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, na Ação 8369 – Apoio a Projetos de Uso Sustentável de Produtos da Sociobiodiversidade, a partir da fonte 0656, apresentado para execução ao Conselho Deliberativo do FUNDEFLORE e está descrito conforme previsão no planejamento das suas linhas de fomento prioritárias do FUNDEFLORE.

**7. CONTATOS:**

A execução do convênio/contrato será acompanhado e supervisionado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará / Escritório Regional Carajás, localizado em Marabá -



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

PA, o qual se reportará de imediato à Diretoria de Desenvolvimento das Cadeias Florestais - DDF, a qual responderá por este quanto a questões de ordem técnica.

Os produtos deverão ser entregues à DDF, no endereço abaixo. A convenente/contratada deve manter reuniões com o representante (s) do IDEFLOR-BIO/FUNDEFLOA a cada 02 (dois) meses, durante a vigência do contrato, para discutir o progresso do trabalho e assuntos que surgirem no curso do serviço/trabalho.

Escritório Regional Carajás:

Gerente Técnico: Cleberson da Silva Salomão

Telefone: (94) 98803-3954

E-mail: salomao.ideflor@yahoo.com.br

Endereço: Folha 30 - Qd. Especial - Lt Especial - Bairro Nova Marabá – CEP.: 68.507-370.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2018/IDEFLOR-BIO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017/45655**

**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº XXXX/2018**

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-BIO E XXXXX, PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. **02/2018**, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **2017/45655**, CONFORME ABAIXO MELHOR SE DECLARAM:

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-BIO, autarquia estadual criada pela Lei Estadual nº. 6.963/2007, inscrito no CNPJ sob o nº 08.780.663/0001-88, sediado em Belém, na Avenida João Paulo II S/N, Parque Estadual do Utinga – PEUT Bairro: Curio-Utinga Belém – PA CEP: 66.610-770., neste ato representado por seu Presidente, **THIAGO VALENTE NOVAES**, brasileiro, portador do RG nº, 3077163 SSP/PA, CPF/MF nº 803.813.672-15 doravante denominado o **CONTRATANTE**, e a **NOME DA EMPRESA**, com sede na ..... nº....., Cidade de ....., Estado do ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., Cep: ....., neste ato representada por seu procurador ....., ....., portador da Cédula de Identidade nº....., CPF/MF sob o nº....., doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto nº 5450/05, Lei Estadual nº 6.474/2002 e Decreto nº 199/2003 e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM DO CONTRATO:**

Este contrato decorre da licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, processado sob o nº **02/2018** - IDEFLOR-BIO, cujo julgamento foi regularmente homologado pelo Presidente do **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO:**

A presente licitação terá como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA Á AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E INVESTIMENTO, QUE SERÃO DISPONIBILIZADOS PARA OS NÚCLEOS DE APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DO COCO BABAÇU, VOLTADA À IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PRÉ-DEFINIDAS PELO IDEFLOR-BIO, VISANDO O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO COCO BABAÇU, NA MICRO REGIÃO DE MARABÁ/PA.**

**CLÁUSULA TERCEIRA JUSTIFICATIVA**

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, criado pela Lei Estadual Nº 6.963/2007 e alterado pela Lei Estadual Nº 8.096/2015, tem como finalidade, exercer a

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

Gestão das Florestas Públicas para Produção Sustentável e da Biodiversidade e, ainda, a Gestão da Política Estadual para Produção e Desenvolvimento da Cadeia Florestal, a execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas no Estado do Pará. A criação do Instituto está baseada na Lei Federal Nº 11.284/06, conhecida como a Lei de Gestão das Florestas Públicas, que determina que as áreas de florestas estaduais precisam estar sob a Gestão do Poder Público Estadual, gerando com isso, benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Nessa perspectiva, o IDEFLOR-Bio está integrado à estratégia de articular as políticas de governo e programar medidas voltadas à promoção de atividades produtivas e do desenvolvimento sustentável, associado à geração de renda e justiça social.

As arrecadações oriundas dos processos de Concessão Florestal e outras que estejam sob gestão do citado órgão são direcionadas ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal – FUNDEFLO, com o objetivo de promover, fomentar e apoiar o ordenamento, a diversificação, a verticalização e a dinamização das atividades sustentáveis de base florestal no Estado. O Fundo é regulamentado pelo Decreto Estadual Nº 2.237, de 07 de abril de 2010, e gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade - IDEFLOR-Bio, tendo como Conselho Consultivo a Comissão Estadual de Floresta - COMEF.

O IDEFLOR-Bio, na condição de gestor do FUNDEFLO, por meio desse **Termo de Referência – TR** busca promover o fortalecimento da cadeia produtiva do Coco Babaçu, a qual tem papel de relevante interesse para dezenas de famílias que coletam, beneficiam e comercializam os produtos gerados a partir do fruto, na Microrregião de Marabá, mais especificamente, nos municípios de **São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Palestina do Pará e Brejo Grande do Araguaia**.

A ação ora proposta visa beneficiar inicialmente, de forma direta, cerca de **80** (oitenta) famílias, que estão divididas em 08 (oito) pequenos grupos de 10 (dez) mulheres cada. Os grupos são identificados pelos respectivos nomes de suas comunidades, sendo eles: **Grupo da Palestina** (Palestina do Pará); **Grupos das Vilas São José e São Benedito** (São Domingos do Araguaia); **Grupos da Vila Ponta de Pedras, dos PAs 21 de Abril e Castanhal Araras** (São João do Araguaia) e **Grupos das Vilas Itamerim e Santa Rita** (Brejo Grande do Araguaia).

Logo, a referida proposta torna-se essencial para o estabelecimento da parceria necessária para execução da ação, independentemente da proponente pertencer à região mencionada ou não.

**CLÁUSULA QUARTA — DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO:**

Os objetos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

As demais condições verificam-se de conformidade com as cláusulas constantes no Termo de Referência e Edital.

**CLÁUSULA QUINTA- DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO:**

Os objetos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

As demais condições verificam-se de conformidade com as cláusulas constantes no Termo de Referência e Edital

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

**CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO DE ENTREGA, PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

A **CONTRATADA**, deverá enviar 01 amostra física do produto, **antes mesmo da celebração do Contrato**, à sede do Ideflor-Bio, localizada na capital Belém/PA, para devida análise e avaliação de atendimento e conformidade às especificações descritas neste Termo de Referência, pelo setor competente;

Os Contratos só serão assinados após a aprovação, pelo setor competente, das amostras enviadas ao **CONTRATANTE**, de acordo com as especificações técnicas discriminadas no Termo de Referência.

Após a verificação de atendimento e conformidade da(s) amostra(s) às especificações técnicas expressas no Termo de Referência, a aprovação será encaminhada ao setor competente, que providenciará a assinatura do(s) Contrato(s). Os produtos deverão ser entregues na sede do Ideflor-Bio, localizada na capital Belém/PA, no prazo de 10 dias corridos, após o recebimento da autorização, conforme agendamento prévio determinado por este Instituto;

Se, no ato da entrega, for detectado(a) alguma divergência no(s) produto(s) apresentado(s) em relação à amostra enviada pela **CONTRATADA** e aprovada pelo **CONTRATANTE**, em momento anterior à entrega, de acordo com as especificações técnicas presentes no Termo de Referência, ou se apresentar qualquer defeito, os mesmos não serão recebidos, sendo então, imediatamente, devolvidos ao fornecedor;

Relativo ao disposto no Termo de Referência aplica-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90 e suas alterações;

A **CONTRATADA**, após aprovação da amostra enviada, deverá entregar os produtos, conforme descrito no item 3. ESPECIFICAÇÃO (3.1) no Termo de Referência.

O pagamento será efetuado preferencialmente por crédito em conta corrente onde os credores deverão fazer constar a identificação da agência e da conta corrente nos documentos de cobrança tais como notas fiscais, faturas, recibos e similares;

O pagamento será 15 (quinze) dias, após a execução do serviço e da aceitação das notas fiscais/faturas, desde que encaminhada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do vencimento;

No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de serviços/fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o **CONTRATANTE**, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação em vigor, aplicáveis a este instrumento;

Para efeito de pagamento, o **CONTRATANTE** procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

O **CONTRATANTE** se reserva no direito de recusar a efetivação do pagamento e previdências previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento;

O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

A empresa contratada obriga-se a entregar os produtos, referentes ao item que for vencedora neste Pregão, no prazo estabelecido e de acordo com as características, especificações técnicas e condições constantes no Edital e Anexos;

Atender as solicitações do CONTRATANTE, em caso de envio de produtos, pela CONTRATADA, que estejam em desacordo com as especificações expressas neste Termo, visto que o Instituto não os receberá, devolvendo-os ao fornecedor imediatamente após constatada a irregularidade;

Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos objetos desta licitação e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE;

Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos produtos, inclusive carregamento, descarregamento, instalação e armazenagem, até o local indicado pelo CONTRATANTE;

Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os objetos/produtos que não estiverem de acordo com as condições estabelecidas no Edital, ficando certo de que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do Contrato;

Assumir todas as despesas decorrentes da substituição de quaisquer objetos/produtos recusados pelo CONTRATANTE, por exemplo, transporte e demais pagamentos de impostos, quando necessário, conforme o Edital;

Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições exigidas na fase de habilitação para a licitação;

Respeitar as normas e procedimentos de controle, horário de expediente e acesso às dependências da Contratante para entrega dos produtos;

Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento dos produtos, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a CONTRATADA vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade e/ou subsidiariedade, ativa ou passiva, com o Instituto;

Empregar, na entrega dos produtos, profissionais especializados;

Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade e/ou subsidiariedade com o Instituto;

Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a vitimar seus funcionários, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

Manter um funcionário responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o CONTRATANTE dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

Não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos no valor correspondente ao do Contrato;

Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução da entrega dos produtos;

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, por intermédio de um servidor especialmente designado, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao mesmo;

Efetuar o pagamento nas condições, prazos e preços pactuados;

Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;

Rejeitar, no todo ou em parte, qualquer serviço executado em desacordo com o termo de Referência e o Edital.

Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato;

Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança na entrega dos produtos, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

Efetuar o pagamento até 15 (quinze) dias, após a execução do serviço.

**CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:**

Integram o presente Contrato o edital de licitação e seus anexos, a proposta de preços da Contratada e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº **2017/45655**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO:**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

Durante o período de vigência do contrato, o fornecimento dos produtos será acompanhado e fiscalizado por servidor (a) -----, lotado (a) na Diretoria ----- do IDEFLOR-bio, devendo este:

Promover as avaliações e fiscalizações do produto fornecido, garantindo o exato cumprimento das cláusulas e condições avençadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências no fornecimento do objeto do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas observadas.

Na hipótese dos produtos fornecidos apresentarem qualquer irregularidade, o fiscal do contrato solicitará a imediata substituição do produto.

Solicitar à Presidência do CONTRATANTE, providências que ultrapassem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:**

Este contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado em atendimento ao interesse público.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, a seguir: Programa de Trabalho 185.411.437.8369.0000, Fonte de Recurso 0656, Elementos de Despesa, 44.90.52 e 33.90.30, cujos dados específicos constarão na respectiva Nota de Empenho

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:**

O presente contrato poderá ser rescindido pela superveniência de fatos ou edições de normas legais ou regulamentares, de ordem superior, que o torne materialmente inexequível. Poderá também ser alterado, mediante termo aditivo, desde que haja concordância das partes.

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento e nas cláusulas constantes deste contrato, sendo observadas, ainda, e no que couber, as disposições contidas no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

A rescisão do Contrato provocada pela **CONTRATADA** implicará, de pleno direito, na cobrança pelo Contratante de multa de 10% (dez por cento) do valor global deste Contrato.

O **CONTRATANTE** poderá, ainda, considerar rescindido o Contrato, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza, se a **CONTRATADA**:

Ceder o Contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**;

Deixar de efetuar a entrega dos produtos objeto deste Contrato por prazo superior a 05 (cinco) dias úteis, ultrapassados os prazos previstos no termos de referência;

Demonstrar incapacidade técnica ou inidoneidade;

Incidir em recuperação judicial ou extrajudicial;

Tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;

Infringir qualquer outra disposição do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:**

Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que serão parte integrante deste instrumento.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, enseja no retardamento da execução de seu objeto, se não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais;

Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida prévia e ampla defesa, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes sanções:

I - Advertência, por escrito;

II -Multa:

a) 1%(um por cento), diária, sobre o valor total da aquisição, quando não cumpridas fielmente as condições pactuadas, até a data da correção da falha, imperfeição ou irregularidade, exceto se esta tiver por causa motivo de força maior, definido por lei e reconhecido pelo **CONTRATANTE** limitado ao percentual do item "b";

b) 10% (dez por cento) sobre o valor total da aquisição, pelo cancelamento total ou parcial da Nota de Empenho, a pedido da **CONTRATADA**, a qualquer pretexto;

c) O valor da multa referida na alínea “a” deste inciso será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Ideflor-Bio em favor da **CONTRATADA**. Caso, a multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada judicialmente, se necessário;

III - Suspensão temporária, pelo prazo não superior a 2 (anos) anos, para participar de licitação e impedimento de contratação pelo Ideflor-Bio, conforme fixar a autoridade competente em função da natureza e gravidade da falta continuada;

IV - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante Vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

A aplicação da sanção estabelecida no inciso anterior é de competência exclusiva do **CONTRATANTE**, facultada defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

A critério do **CONTRATANTE**, as sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DO OBJETO:**

A Garantia dos Objetos deverá obedecer, dentre Aos prazos estipulados pelo fabricante e aqueles usualmente adotados no mercado, em conformidade ao Termo de Referência, sendo que durante os prazos estabelecidos a **CONTRATADA** se compromete a repor os produtos sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, inclusive com reposição com defeito de fabricação.

A **CONTRATADA** responderá por defeitos decorrentes de fabricação do objeto deste contrato, nos termos do Art. 12 § 1º inciso I, II e III da lei 8.078/90.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE:**

Este contrato será publicado em forma de extrato no Diário Oficial do Estado, em 10 (dez) dias contados a partir da sua assinatura, conforme o § 5º do Art. 28 da Constituição Estadual.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:**

As partes elegem o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, para dirimir eventuais divergências decorrentes das obrigações e compromissos assumidos, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

É vedada a causa ou a utilização do contrato para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**.

E, por estarem justas e acertadas, a partes assinam o presente contrato, em 03 (TRÊS) vias de igual teor e forma, para que produzam seus regulares efeitos.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Thiago Valente Novaes**  
**Presidente do IDEFLOR-BIO**

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1ª) \_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –  
IDEFLOR-BIO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2018/IDEFLOR-BIO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017/45655**

**ANEXO III  
DECLARAÇÕES**

**Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos**

(Nome) \_\_\_\_\_, inscrito sob o CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo) \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, que **até a presente data inexistem** fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade declarar ocorrências posteriores.

(Localidade) \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal/CPF)

**Modelo de Declaração de Empregabilidade de Menor**

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei nº. 8.666/93, que **não** emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (\_\_\_\_)

(Localidade) \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal/CPF)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**Modelo de Declaração de conhecimento e concordância com o Edital**

Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao pregão nº **02/2018** da **UASG 925157 – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**.

**CNPJ:** XX.XXX.XXX/XXXX-XX – NOME DA EMPRESA

(Localidade), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal/CPF)

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –  
IDEFLOR-BIO

**Declaração de Empregabilidade de Deficientes**

**REF: PREGÃO 02/2018/IDEFLOR-BIO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: XX.XXX.XXX/0001-XX, por intermédio de seu representante legal o Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para os devidos fins que possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência, de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008).

\_\_\_\_\_  
(Representante legal/CPF)

**Declaração de Não Empregabilidade de Deficientes**

**REF: PREGÃO 02/2018/IDEFLOR-BIO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: XX.XXX.XXX/0001-XX, por intermédio de seu representante legal o Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para os devidos fins que **não** possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008), em função de **possui menos de 20 (vinte) funcionários** em seu quadro de pessoal.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal/CPF)

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –  
IDEFLOR-BIO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2018/IDEFLOR-BIO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2017/45655

ANEXO - IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

<b>TIMBRE DA EMPRESA</b>	<b>Nº CNPJ</b>
<b>ENDEREÇO E TELEFONE</b>	

Ao INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-BIO.

Em atendimento ao Pregão Eletrônico nº 02/2018 – IDEFLOR-BIO/PA, apresentamos nossa proposta comercial.

Os **materiais de consumo** a serem disponibilizados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNIT.	V. MÉDIO TOTAL
1	Tacho Industrial de 63 Litros Tacho industrial alumínio batido 63l - sem tampa e com abas; Diâmetro: 60cm x 60cm; Altura: 25 cm Alça em Alumínio.	Unid.	16	R\$	R\$
2	Panela Caldeirão Alumínio 20 l Panela Caldeirão de alumínio 20 l - com tampa e abas Cor Prata Garantia 6 meses; Material Alumínio; Dimensões do produto 20 x25 x30 cm	Unid.	8	R\$	R\$
3	Panela Caldeirão de alumínio 45 l Panela Caldeirão de alumínio 45 l - com tampa e abas Caldeirão Econômico Com Aba Hotel, 45,2lts, 40cm, Polida. Modelo: Linha Hoteleira Peso: 2.420g. Medidas (Alt X Larg X Comp): 20x36x40cm.	Unid.	8	R\$	R\$
4	Bacia de alumínio 35 l Bacia simples de alumínio, com capacidade	Unid.	16	R\$	R\$



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

	de 36 litros, feita 100% de alumínio				
5	Regulador de gás GLP para fogão 3/8" Regulador de gás GLP para fogão 3/8" 2Kg/h, com mangueira Cor Cinza. VazÃO 5,0 kg/h Glp ReferÊncia 506/18. Semi-industrial. PressÃO De Entrada 1,5 bar PressÃO De SaÍDa 2,8 kpa Roscas De Entrada E SaÍDa 1/8 Npt x 1/4 Npt. Com seta indicativa de passagem do gás para facilitar a instalação. Regulador de gás Glp; Função de abrir e fecha a passagem do gás. O Glp (Gás Liquefeito de Petróleo) vem em alta pressão no botijão de gás.	Unid.	8	R\$	R\$
6	Machadinha com cabo de madeira, dim. 39x3x16 Machadinha, cabeça forjada e temperada em aço especial, lâmina 11 cm, com cabo de madeira, Dimensões aproximadas do produto: 39x3x16; Cabeça Aço; Fio da lâmina Para cortes em madeira; Conteúdo da embalagem 1 Machadinha Garantia do fornecedor 3 meses	Unid.	80	R\$	R\$
7	Bombona 50 Litros Plástica Bombona 50 Litros Plastica Tambor; Balde Recipiente; Tampa superior removível com rosca Altura: 62 cm Comprimento: 40 cm Diâmetro: 40 cm Bocal: 23 cm	Unid.	8	R\$	R\$
8	Carretas para Quadriciclo . Carretinha para Quadriciclo Tamanho: 2.30Cx1.30Lx0.43A, em madeira de lei, envernizada, para transporte de carga	Unid.	2	R\$	R\$
9	Quadriclo 420 cc Motor OHV, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a líquido Cilindrada 420,2 cm³ Sistema de alimentação Injeção eletrônica PGM-FI Potência máxima 26,9 cv a 6.250 rpm (SAE) Torque máximo 3,4 kgf.m a	Unid.	2	R\$	R\$

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –  
IDEFLOR-BIO

	5.000 rpm Transmissão 5 velocidades mais marcha a ré (R-N-1-2-3-4-5) Sistema de partida Elétrica Capacidade do tanque 14,4 litros Tipo de chassi Berço duplo Comprimento x largura x altura 2.103 x 1.205 x 1.174 mm Tração Traseira 4X2 (TM) Capacidade de carga nos bagageiros Dianteiro: 30kg Traseiro: 60kg Peso sobre <b>Engate 14kg</b> Peso seco 247 kg				
10	Fogão industrial 4 bocas Fogão industrial 4 bocas com forno, Acendimento Manual; Garantia 3 meses. Número de bocas 4 Características Gerais - Grelhas e queimadores em ferro fundido - Fogão produzido em aço galvanizado - Registro de Baixa Pressão cromado - Pintura eletrostática a pó que resiste a alta temperatura - 2 queimadores simples e 2 duplos	Unid.	8	R\$	R\$
11	Filtro prensa de 10 placas Modelo: FP 240 N2 – opção com compressor; Capacidade por batelada 5 litros Vazão Até 50 litros/hora Placas de Filtração - Alumínio 1-10 placas Elementos Filtrantes 1-11 por troca Peso 100 Kg Pressão de trabalho 2 bar.	Unid.	1	R\$	R\$
12	Botijão de gás 13 kg cheio Peso:13 KG; Diâmetro: 360 mm; Altura: 476; Aplicação: Fogões domésticos • Material: Aço carbono de 2,5 a 3,0 mm de espessura • Pressão interna: 2 a 7 Kg/cm <sup>2</sup> • Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614 Características necessárias para o compressor Pressão de trabalho Mín. 3 bar Vazão 2 PCM	Unid.	8	R\$	R\$
13	TRITURADOR FORRAGEIRO Equipado com funil para grãos e calha para pasto, possui no funil superior um sistema de regulagem de entrada de grãos. Navalha de corte em aço especial com têmpera total e	Unid.	8	R\$	R\$

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

	carcaça reforçada, confeccionada em aço carbono. Sistema de aterramento, garantindo total segurança ao operador contra choques elétricos. Acompanhado de três peneiras para moagem de grãos: a peneira de 3 mm (quirera fina) possui produção média de 130-260 kg/h, a peneira de 5 mm (quirera grossa) possui uma produção média de 250-510 kg/h e a peneira de 10 mm (rolão) possui uma produção média de 130-300 kg/h.				
14	Caixa d'água, em fibra 500L Formato: Redonda; Capacidade: 500 litros Material: Fibra de Vidro Cor: Azul Itens Inclusos: 01 Reservatório 01 Tampa Dimensões Diâmetro superior: 1,18 metros Diâmetro inferior: 0,93 metros Altura com tampa: 0,66 metros Altura sem tampa: 0,62 metros Peso: 12,65 Kg	Unid.	6	R\$	R\$
15	Carro de mão, caçamba galvanizada 80 l, Carro de mão, caçamba galvanizada 80 l, Roda Pneumática 3.25×8" com Rolamento Material da caçamba para carrinho de mão: Chapa de aço carbono Espessura da chapa da caçamba para carrinho de mão: Chapa 18 (1,2 mm) Acabamento da caçamba para carrinho de mão: Galvanizada Capacidade de carga do carrinho de mão:200 kg Capacidade da caçamba para carrinho de mão (carga seca):80 litros Capacidade da caçamba para carrinho de mão (carga líquida):65 litros Tipo de pneu para carrinho de mão:02 lonas Tamanho do pneu/câmara de ar para carrinho de mão:3,25" x 8" Tipo da caçamba para carrinho de mão:Reta	Unid.	8	R\$	R\$
16	Bebedouro Elétrico Conteúdo da Embalagem 1 Bebedouro	Unid.	8	R\$	R\$

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ –**  
**IDEFLOR-BIO**

<p>Eletrônico e manual de instruções Fabricante Polar Garantia 1 Ano Informações Técnicas Funções: Água natural e água gelada Alimentação: Energia elétrica Potência (w):65W Consumo (Kw/h): 0,065Kw/h Bandeja de água removível: Sim; Suporta galões de até:20 Litros; Modo de filtragem: Não Pannel de controle: Não; Cor: Preto Bivolt Dimensões aproximadas do produto - cm (AxLxP): 41x30,5x28cm Peso aproximado do produto – Kg:3,6kg</p>				
			TOTAL	

- Declaramos que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento do contrato.
- Declaramos conhecimento total do **Edital e anexos** e concordamos com todas as condições.
- Oferecemos garantia de qualidade e substituição dos objetos, conforme especificações contidas no anexo IV deste Edital.

**Validade da Proposta:** 90 (noventa) dias.

**Prazo para entrega dos produtos:** Prazo máximo de 30 dias consecutivos do envio da nota de empenho pelo IDEFLOR-BIO na sua sede, localizada à AV. João Paulo II, s/n – Parque Estadual do Utinga – PEUT, Bairro Curió Utinga, Belém/PA, CEP 66610770.

**Dados para depósito bancário:** Banco:  
Agência: Nº e Nome.  
Nº conta: